

e importou cento e cinquenta e sete judeus depois de ter processado cartas de chamada com fraude. Informaçõs de São Paulo dizem que o funcionario que fiscalizou São Carlos, recebeu cinco contos de reis de gratificaçõs, per capita. O que ocorre com os turistas é o abuso. Um allemão com passagem de ida e volta, depois de aqui chegar, entregou a passagem de volta, recebendo setenta e cinco por cento do seu valor. Além disso, certos pedidos de autoridades constroem às vezes o Chef de Policia. — O Senhor Ministro da Fazenda diz ter um pequeno ^{caso} relato, occorrido quando se achava nos Estados Unidos. A General Electric quer mandar para aqui dois professores aqui de orientar e dirigir os trabalhos de suas officinas no Brasil; não pode conseguir, á falta de passaporte! — O Senhor Chefe de Policia faz referencia a seguir á lei dos dois terços de empregados brasileiros, terminando a sua exposiçãõ. — E como não houvesse nada mais a tratar, o Senhor Presidente da Republica resolveu levantar a sessãõ. E para constar a Secretaria Geral lavrou a presente actã que depois de lida, approvada e assignada na sessãõ seguinte pelos membros do Conselho, será subscripta pelo Secretario Geral de Segurança Nacional.

J. de Tanguy
Francisco Campos
A. de G. Costa
Henrique Guimarães
Gustavo Guanabara
Epitacio Pessoa
Cesário Alvim
Fernando Costa
Waldemar Falcão
J. de Mello e Silva
J. de Aguiar
Gen. Francisco José de Paula
Gen. Manoel de Azevedo

Acta da quarta sessãõ do Conselho Superior de Segurança Nacional

Nos quatro dias do mês de julho do ano de mil novecentos e trinta e nove, reuniu-se, no palãõ de despachos do Palãõ do Catete, sob a presidencia do exmo. sr. dr. Getulio Dornelles Vargas, Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, pela quarta vez, o Conselho Superior de Segurança Nacional. Compareceram á sessãõ o sr. Arthur de Souza Costa, ministro da Fazenda; sr. dr. Uvaldo Bráulio, ministro das Relaçõs Exteriores; sr. vice-almirante Henrique Cristides Guilhem, ministro da Marinha; sr. Waldemar Falcão, ministro do Trabalho, Industria e Comercio; sr. general de brigada João de Mendonça Lima, ministro da Viaçãõ e Obras Publicas; sr. Fernando Costa, ministro da Agricultura; sr. dr. Gustavo Capuena, ministro da Educaçãõ e Saude; sr. general de divisãõ Epitacio Gaspar Dutra, ministro da guerra; sr. dr. Francisco Campos, ministro da Justica e Negocios Luterios; sr. vice-almirante José Machado de Castro e Silva, chefe do Estado Maior da Armada; sr. general de divisãõ Francisco José Pinto, chefe luterio do Estado Maior do Exercito. Acompanharam os trabalhos o sr. general de brigada Mario Chy Fuz, Secretario Geral Luterio do Conselho, major Augusto da Cunha Maggessi Pereira e capitãõ Honório Leixão Tour Homem, todos da Secretaria Geral, para prestar informaçõs e guotar os debates.

As 16 horas e 30 minutos, declarou o sr. Presidente da Republica aberta a sessãõ e mandou o Secretario geral proceder á leitura da actã da sessãõ anterior, a qual, depois de feita em discussãõ, foi declarada approvada.

Quitando os debates, o sr. Presidente da Republica declarou que o Conselho Superior de Segurança Nacional, na sessãõ que se realizava, devia examinar a

atitude a ser assumida pelo Brasil em face de uma guerra europeia, cujas possibilidades aumentam de dia para dia. Através das informações colhidas pelo Ministério do Exterior, a guerra parece realmente resolvida pelos Estados totalitários. Se ela não vier, nada teremos a perder pelo fato de estudar problemas de interesse geral; se ela vier, como ha recio, o Brasil não sera prejudicado desprevidido, mercê das providencias oportunamente adotadas. Assim, é necessario encarar a posicao do Brasil no caso de uma crise internacional, prevendo, desde ja, as medidas, tanto de ordem politica, como economica.

Acerea da parte politica, o sr. Presidente da Republica determinou que a exposicao fosse feita pelo sr. Ministro do Exterior. O sr. Ministro do Exterior fez, inicialmente, referencia ao officio secreto de seu gabinete, datado de 29 de junho ultimo, no qual pedia a atencao do sr. Presidente da Republica para algumas consideracoes em toros da situacao mundial, que, desgraçadamente, parece evoluir no sentido de uma guerra proxima. No caso de uma guerra de pequena duracao, a victoria, em terra, podera pertencer para os Estados totalitarios ou para as democracias. No caso, porém, de hostilidades prolongadas, como aconteceu na Grande Guerra, a victoria estara com quem possuir o dominio dos mares. As democracias, ao que parece, logranha a supremacia naval definitiva. Diante da conflagracao, que se desenha, o Brasil deve manter estrita neutralidade. Com esse objetivo, ja foram preparadas as respectivas regras. Não é facil, entretanto, permanecer neutro em presenca de uma conflagracao, que tendera a generalizar-se. Nessas condicoes, na previsao do que está por succeder, devemos ter em mente qual a atitude do Brasil no dia em que, pelas circunstancias, for forçado a abandonar a neutralidade. Preparar o Brasil para tal eventualidade é o dever precipuo do Governo, que deve fazer os trabalhos preparatorios para:

- a) - arriamentacao da opiniao publica;
- b) - economia de combustiveis, trigo e outros artigos;
- c) - regularizacao dos vencimentos das obrigacoes internacionais;
- d) - constituicao de estoques dos produtos indispensaveis e racionalizacao de seu consumo;
- e) - proibicao da exportacao de ferro.

Teus possibilidades de realizar exportacoes massicas de café para varios Estados da Europa, que se comprometem a guarda-las como estoque de guerra, dando, em troca, produtos de que temos necessidade de fazer depositos, afim de evitar as deficiencias de abastecimento, como aconteceu no periodo 1914-1919. Os razoes do officio são obvias e estao no conhecimento de todos. O futuro, que se esboça, está impondo medidas de prudencia e cautela, inspiradas na experiencia da Grande Guerra. Na reuniao do Conselho de Seguranca Nacional, devem ser estudadas as providencias de ordem juridica e economica, como inicio da preparacao de nossa neutralidade. O Ministerio do Exterior ja apresentou um auto-projeto, que visa impedir a participacao do Brasil na luta, quer de um lado, quer de outro. Não temos que ter simpatias nem por um nem por outro.

A espionagem merece especial cuidado. Para combate-la, urge que façamos a contra-espionagem. Urge que sejam considerados todos os aspectos da questao, afim de que o Brasil fique protegido contra a eventualidade de ser arrastado à guerra. Nada, porém, o Brasil conseguira se não estiver arriado. Ainda recentemente, o Ministerio do Exterior teve de apresentar um protesto contra a Inglaterra, pelo fato de figurar, em seus mapas, a ilha da Trindade como possessao inglesa. Tanto equivale como advertencia no sentido de serem ocupadas militarmente essa e outras ilhas da costa brasileira.

O sr. Presidente da Republica, intervindo, manda que seja lido o auto-projeto de neutralidade. O sr. Ministro do Exterior diz que fara um resumo do auto-projeto, que é longo, convindo, por isso, ser distribuido por copia. Feito o resumo, o sr. Ministro do Exterior declara que ha de apreciar ainda o lado economico, que, talvez, pudesse ser estudado por uma comissao constituída de elementos de todos os Ministerios.

Sinalizando, o sr. Ministro do Exterior põe em plano de relevo, mais uma

vez, a necessidade do auto-projeto de neutralidade. Em tal sentido, o Itamarati já foi consul-
tado pelo Embaixador da Inglaterra. Não deseja o Ministério do Exterior que, antes de ser
aprovado o auto-projeto, o Embaixador volte a indagar pela mesma lei.

O sr. Presidente da Republica declara aberto o debate sobre o assunto. O sr. Ministro da
Educação faz algumas considerações para justificar a proposta, que faz, no sentido de não se
organizar uma nova comissão. As secções de Segurança Nacional, que funcionam em varios
Ministerios, está naturalmente indicadas para tal fim.

O sr. Presidente da Republica chama a atenção para a questão dos transportes, de importancia
indiscutivel. Tais que ele se foi abordada com maiores minucias, o sr. Presidente cede a palavra
ao sr. Ministro da Viação.

O sr. Ministro da Viação declara que ninguém desconhece a situação preca-
ria em que nos achamos, no tocante aos transportes ferroviarios, já insufficientes para as nossas necessidades
atuais. No caso de guerra, a situação ainda se agravará, porque ficaremos privados do combustível estrangei-
ro e o nacional não dispõe de meios de transporte para suprir a falta do estrangeiro. Dahi, a urgencia
de se executar o plano já apresentado ao sr. Presidente para aumentar a produção do carvão nacional e facilit-
tar o seu transporte. Sob o ponto de vista economico, é tanto mais lamentavel o estado atual de nossos
transportes, quanto é certo que deles depende a solução definitiva do nosso problema siderurgico. Urge, tambem,
atacar, com a maxima brevidade, a eletrificação da linha do Centro da Central do Brasil, tendo em vista a so-
lução desses problemas.

O sr. Presidente da Republica incumbi o sr. Ministro da Viação de tomar as providencias resultantes de
sua exposição. O aparelhamento do porto não será problema de solução nova. O mesmo se verifica
na quanto à exportação do minério. Este esperando - diz o sr. ex-cia - o relatório que deverá ser apresen-
tado pelo major Macedo Soares. Com relação à exportação do minério, estamos construindo, tambem, o
ramal deodoro - Mauá, acerca de cujas verbas já foram enviadas ordens ao Ministerio da Fazenda.

Vejam, agora - continua o sr. Presidente da Republica - a situação das encomendas feitas na
Inglaterra, Italia e Alemanha.

O sr. Ministro do Exterior informa que os embaixadores dos citados países nada deixam transparecer
acerca da possibilidade da guerra europea. A verdade, porém, é que eles estão instalando hospi-
tais e adquirindo grande quantidade de algodão. É mais esperar como indicio de guerra proxi-
ma?

O sr. Presidente da Republica, justificando o receio existente, narra o fato do Rei de Inglaterra,
por ocasião de sua recente viagem aos Estados Unidos da America do Norte, ter manifestado certa
preocupação quanto ao aparelhamento militar da Inglaterra e da França, que talvez não pudesse ser
ultimado antes do rompimento das relações diplomaticas. A guerra, segundo os calculos indicam,
virá até o mez de setembro.

O sr. Ministro da Viação acha que assim será. Em setembro, depois de feitas as collec-
tas, haverá uma dificuldade a menos para a abertura das hostilidades.

O sr. Ministro do Exterior adianta que as negociações diplomaticas europeias se processam
havendo ainda muita divergencia no modo de apreciá-las. O Embaixador da Inglaterra,
no Brasil, não é simpatico ao acordo com a Russia. O da Italia, acreditado entre nós,
acha que os Estados Unidos, digo, Estados democraticos estão perdendo terreno, considerando
como sinal de derrota a não abação da lei de neutralidade nos Estados Unidos da Ame-
rica do Norte. Dentro da propria Alemanha, as idéas não são as mesmas. O sr. Hitler,
por exemplo, reputa um erro combater o imperialismo inglês. Ele deve existir como justifica-
tiva, a ser evocada, a favor da conduta da Alemanha. O sr. Hitler foi além. Agiu
junto ao Japão com o fim de impedir o acordo com a Russia.

O sr. Presidente da Republica declara que a luta pelo imperialismo europeo é do interesse particular
da Alemanha e da Inglaterra e com o qual não temos que nos preocupar.

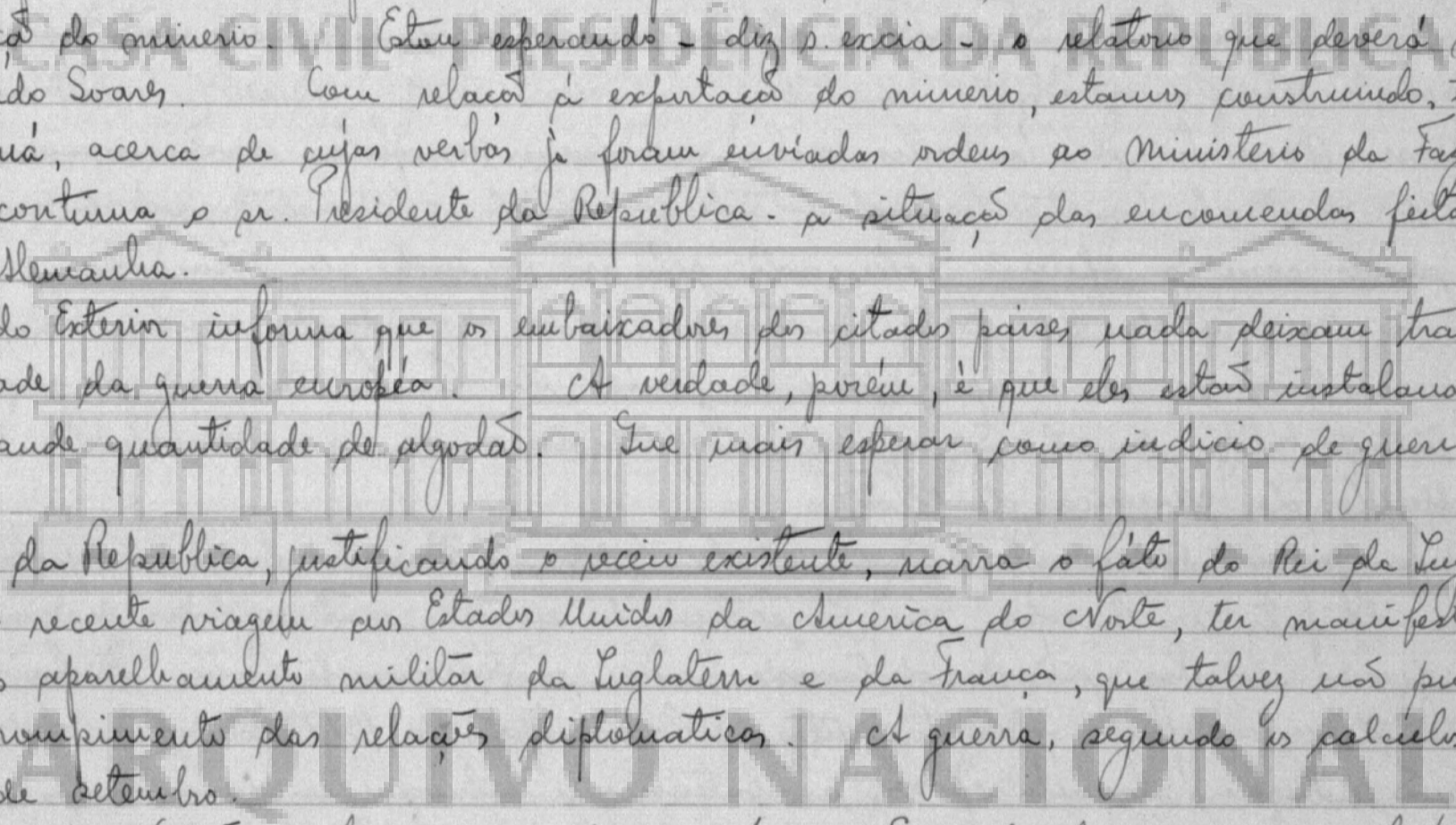
Mas - termina o sr. Presidente da Republica - vejamos o Ministro da Fazenda.
O sr. Ministro da Fazenda começa dizendo que o sr. Presidente lhe declarára
que não se fariam novas encomendas no primeiro periodo e sim no segundo.

Eis bem - replica o sr. Presidente da Republica - já estamos no segundo periodo
As encomendas serão feitas imediatamente e o pagamento depois.

O credito - continua o sr. Ministro da Fazenda - deve ser empregado mediante
poupança, como meio de interessar o maior numero de países.

O sr. Ministro da Agricultura pergunta se todos os países estarão em condições

De ordem do Sr. Presidente vale a seguinte: O Sr. Presidente de larer que a
luta pelo imperialismo europeo é do interesse particular da Ale-
manha e da Inglaterra e com a qual nada temos que ver.



de satisfazer-las em caso de guerra?

Trro li outra coisa - responde o sr. Ministro da Fazenda. O Exército já fez encomendas na Alemanha. A Marinha também já as fez em outros países da Europa. A consulta, pois, deve ser assim formulada: deveremos continuar a dar-lhes encomendas, apesar dos riscos decorrentes da declaração de guerra?

O sr. Ministro do Exterior opina no sentido de serem feitas outras encomendas na Europa, desde que sejam tomadas as necessárias cautelas.

Ante a opinião do sr. Ministro do Exterior - diz o sr. Ministro da Fazenda - propouho a renúncia do algodão e café em troca do material bellico de que necessitamos.

O sr. Presidente da República esclarece bem o assunto: .. deveremos cancelar as encomendas já feitas, ou não fazer outras?

O sr. Ministro da Marinha não alimenta dúvidas a respeito da questão. Qualquer nação da Europa, em caso de guerra, dificilmente fará entrega das encomendas recebidas. Mas, no tocante ao material naval, elas são sempre as preferidas, razão pela qual se excia e de parecer que deveremos correr os riscos.

O sr. Ministro do Exterior, depois de referir o fato do Ministro da Polónia ter sugerido o modo pelo qual se poderia fazer uma renúncia de algodão para o seu país, mesmo em época de guerra, acha que, com precauções penultimas, talvez não venhamos a correr riscos. De resto, devemos encomendar da Alemanha, porque nem os Estados Unidos da America do Norte nos oferecem as necessarias garantias.

O sr. Ministro da Fazenda observa que as precauções não são applicaveis ao caso da aquisiçõ do material naval.

O sr. Ministro do Trabalho acha que devem ser feitas novas encomendas na Europa.

O sr. vice-almirante chefe do Estado Maior da Armada, quando consultado, declarou estar de accordo com a opinião exteriorada pelo sr. Ministro da Marinha.

O sr. Ministro da Viacão é contrario a todo e qualquer risco. Temos necessidade de possuir o material a ser importado e os países da Europa, em caso de guerra, talvez não possam fazer a entrega. Logo, a soluçõ razoavel se póde ser uma: as encomendas devem ser feitas nos Estados Unidos da America do Norte.

O sr. general chefe interior do Estado Maior do Exército é igualmente infenso aos riscos. A encomenda feita na Europa, sem a certeza da entrega, não resolverá a nossa situação militar caso a guerra venha a ser declarada, com a agravante, entã, de haver retardado as aquisiçõs, que deveremos fazer quanto antes. O exemplo de 1914 não deve ser esquecido. A casa Krupp não entregou, naquela época, as baterias que estavam encomendadas e pagas. A restituiçõ da importância correspondente parece que, até hoje, não foi feita inteiramente. A prudencia, pois, aconselha que as encomendas devam ser feitas nos Estados Unidos, ou em qualquer outro país que nos dê garantias da entrega e que nós promovamos o aproveitamento da prata de casa, explorando as nossas possibilidades e aumentando a capacidade de nossa industria.

O sr. Ministro da Agricultura pensa como o sr. Chefe interior do Estado Maior do Exército. Os Estados Unidos devem ser os preferidos. Os ou a Inglaterra.

O sr. Ministro da Educaçõ vota no sentido de que as compras se façam todas nos Estados Unidos, salvo do material bellico que a Alemanha fornece em condições mais vantajosas.

O sr. Ministro da Guerra entende de outro modo. Temis - diz s. excia - em andamento, no Ministerio da Fazenda, dois processos - o dos tratores e dos projcteis. Sem esse material complementar de nada valerá a artilharia encomendada. A Alemanha é o unico país que poderá fornecer-lo em condições. Os Estados Unidos, sob o ponto de vista militar, só se recomendam como fabricantes de pivõs.

O sr. Ministro da Justiça considera a questão delicada. Nós não poderemos comprar exclusivamente nos Estados Unidos. Como excluir os outros países?

O sr. Ministro da Viacão responde que a exclusão não será difficil. Basta que, no edital de concorrência, seja apenas especificado material de fabricaçõ norte-americana.

O sr. Ministro do Exterior lembra que os artigos, de que temos necessidade, poderão ser comprados com ou sem concorrência.

O sr. Ministro da Fazenda declara que os ministros, que gastam, são pelas compras

nas nações da Europa. A da Viação é pelo Estados Unidos.

O sr. Presidente da Republica dá o resultado da votação, segundo o qual ha 4 votos a favor da exclusividade das encomendas nos Estados Unidos e 7 contra.

O sr. Ministro da Fazenda prosegue, dizendo que a concorrência é necessaria. Não é suficiente ter credito no exterior. Precisamos, igualmente, ter papel moeda.

O sr. Presidente da Republica faz sentir que a maioria é pela concorrência. Cada Ministerio organizará o seu edital. Encarece, mais uma vez, a importancia e urgencia que ha na aquisição do material ferroviario.

O sr. Ministro da Viação julga essencial a remodelação e aparelhamento da Linha do Centro, que deve ser eletrificada até Lafayette, para permitir o escoamento facil do minério.

O sr. Presidente da Republica recomenda todos os esforços no sentido do Brasil ficar em condições de exportar no caso de uma nova guerra na Europa.

O sr. Ministro da Educação estudou o que exportaremos. Varios sr. Ministros respondem: café, madeira, algodão, milho, minério, carne, etc.

O sr. Ministro do Exterior faz considerações sobre a exportação, para salientar que não se pode deixar de contar com a diminuição da exportação. A escala, no caso de guerra, descerá.

O sr. Presidente da Republica chama a atenção dos presentes para as idéas expostas pelo Ministro do Exterior. Devemos, desde já, estudar a execução das medidas sugeridas. O Conselho de Segurança Nacional é o órgão naturalmente indicado para estudar o meio de se importar a materia cujos preços subirão no caso de guerra e outros indispensáveis ao ritmo normal da vida do país.

O sr. Ministro do Exterior coloca à disposição do Conselho o plano até agora colhido pela Comissão de Guerra, de seu Ministerio. Quanto à parte economica, precisamos importar já o papel, o carvão, etc, e não esquecer do transporte, que são de importancia capital.

O sr. Ministro da Agricultura fornece dados referentes ao gaseogeneo, cujos resultados têm sido surpreendentes.

O sr. Ministro da Viação não discorda da opinião de seu colega, mas pondera que o gaseogeneo, para dar pleno rendimento, exige boas estradas.

O sr. Presidente da Republica encerra o debate, resumindo as providencias que deverão ser tomadas:

- a) - o sr. Ministro da Fazenda providenciará a respeito dos expedientes decorrentes das necessidades das pastas militares e da Viação;
- b) - o Conselho de Segurança Nacional iniciará os estudos decorrentes da proposta do sr. Ministro do Exterior, requisitando os elementos que julgar necessario, inclusive tecnicos.

O sr. general Chef interino do Estado Major do Exército pede, em consequencia, sejam instaladas, quanto antes, as secções de Segurança Nacional nos varios Ministerios que se cumpram.

O sr. Presidente da Republica autorisa a Secretaria Jeral a tomar as providencias e a fazer o necessario expediente.

O sr. Ministro da Viação lembra a conveniencia da Belgio-Mineira apressar a instalação do trem de laminação.

O sr. Presidente da Republica encarece a Secretaria Jeral de agir nesse sentido tambem.

O sr. Ministro da Marinha, reportando-se à referencia sobre as ilhas da nossa costa, feita no decorrer da sessão, esclarece que as tres ilhas que podem despertar a cobiça, para o estabelecimento de uma base naval, são Fernando de Noronha, Trindade e Atollus.

A ilha da Trindade é de difficil acesso e seria obra vultosa e nada facil estabelecer uma base, mesmo de emergencia. Quanto às ilhas de Fernando e Atollus, não parece conveniente guardá-las enquanto não tivermos elementos flutuantes capazes de defendê-las.

O sr. Ministro do Exterior pergunta que devemos ocupar as sem tardança. Entre uma casa vazia e outra ocupada, qual é mais respeitada?

Apoiando as palavras do sr. Ministro do Exterior, varios outros Ministros fizeram considerações sobre o porto de Natal, que, na opinião de todos, deve ser convenientemente defendido e aparelhado.

Às 17 horas e 55 minutos, o sr. Presidente deu por encerrada a sessão, visto não haver mais nenhum assunto a ser tratado.

E, para constar, a Secretaria Jeral de Segurança Nacional lavrou a presente

ata, que, depois de lida, aprovada e assinada, na sessão seguinte, pelos membros do Conselho, será subscrita pelo Secretário Geral de Segurança Nacional.

Getulio Vargas
A. de S. P. Pinto
Eurico Gaspar Dutra
Gustavo Capanema
Henrique A. Guimarães
João de Mendonça Lima
Vasco Tristão Leite da Cunha
Carlos de Souza Duarte
Alexandre Marcondes Filho
Silveira
A. T. de Mello
Alexandre Lourenço
Gen. Francisco José Pinto

CASA CIVIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ata da quinta sessão do Conselho de Segurança Nacional.
Nos dez dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e quarenta e dois, reuniu-se, no salão de despachos do Palácio do Catete, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor doutor Getulio Vargas, Presidente da República, pela quinta vez, o Conselho de Segurança Nacional. As quatorze horas e trinta o Senhor Presidente abriu a sessão; compareceram à mesma os senhores Artur de Souza Costa, ministro da Fazenda; Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores; Vice-Almirante Henrique Aristides Guimarães, ministro da marinha; General de Divisão Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra; Joaquim Pedro Salgado Filho, ministro da Aeronáutica; General de Brigada João de Mendonça Lima, ministro da Viação e Obras Públicas; Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde; Alexandre Marcondes Filho, ministro do Trabalho; Vasco Tristão Leite da Cunha, encarregado do expediente do ministério da Justiça e Negócios do Interior; Carlos de Souza Duarte, encarregado do expediente do ministério da Agricultura; General de Divisão Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Chefe do Estado Maior do Exército; Vice-Almirante Américo Vieira de Melo, Chefe do Estado Maior da Armada; Brigadeiro do Ar, Armando Figueira Trompowsky de Almeida, Chefe do Estado Maior da Aeronáutica e General de Divisão Francisco José Pinto, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional. Estiveram também presente o Major Felinto Muller, Chefe de Polícia da Capital Federal, a convite do senhor Presidente da República. Compareceram, ainda, o coronel Raul Silveira de Melo, Chefe do Gabinete, Capitão de Corveta Luiz Carneiro da Rocha Soares Dias, Tenente Coronel Raul Pinto Seidl, Major Trina Siqueira, Major Triador Martins Candido dos Santos, todos adjuntos e o Capitão Francisco Adolfo Rosas, assistente da Secretaria Geral, para prestarem informações e anotarem os debates. — O Senhor Presidente declarou haver convocado esta Reunião para ouvir os seus auxiliares da administração pública e com eles trocar ideias nas vésperas da Terceira Reunião dos ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Afirmou Sua Excelência que a declaração de solidariedade do Governo brasileiro ao norte-americano resulta de imperativos históricos de nossa política continental, da amizade tradicional do Brasil ao povo dos Estados Unidos, e da situação de interdependência econômica dos dois países, pois mais de setenta por cento de nossa exportação vai para os Estados Unidos da América e lá adquirimos grande parte da matéria prima indispensável à nossa indústria. Nessa reunião, os chanceleres irão discutir, interpretar e certamente fixar os limites da so-